



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

AGENDA SEMANAL DOS PODERES #18

Semana de 31 de Maio a 04 de Junho

Executivo

O presidente poderá sancionar o marco legal dos startups e a prorrogação do Pronampe.

Legislativo

Congresso Nacional, os parlamentares poderão votar diversos vetos presidenciais, cabendo destacar os que foram apostos à nova lei de licitações, ao instrumento de acesso ao Covax Facility e ao orçamento para 2021.

Câmara dos Deputados, os líderes partidários poderão se reunir para definir as prioridades de votação para a semana. Arthur Lira poderá publicar ato para criação da comissão especial da Reforma Administrativa. No âmbito das comissões, a de educação promoverá audiência com o ministro da Economia, Paulo Guedes; já a CCJC, poderá apreciar o projeto que disciplina o Homeschooling; por fim, a CSSF promoverá audiência pública para debater a lei dos planos de saúde.

Senado Federal, os líderes partidários poderão se

reunir para definir as prioridades de votação para a semana. No âmbito das comissões, a CPI da Pandemia promoverá a oitiva das médicas Nise Yamaguchi, Zeliete Zambom, e do médico Clovis Arns da Cunha; por sua vez, a Comissão da Covid-19 realizará audiência pública com o secretário especial da Fazenda para tratar do plano nacional de imunização.

Judiciário

O Plenário do STF poderá julgar o RE 1175650, que trata acerca da utilização da colaboração premiada no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público, em face do princípio da legalidade.

Cenário Socioeconômico

O Banco Central divulgará pesquisa sobre as estatísticas fiscais. O IBGE divulgará dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. A CNI divulgará pesquisa sobre a atividade industrial.



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

CONGRESSO NACIONAL

Estão marcadas sessões do Congresso Nacional para terça (01) para análise de vetos presidenciais. Atualmente sobrestam a pauta 15 vetos, dentre eles o **VET 4/21**: Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal; o **VET 11/21**: Governo Digital; e o **VET 13/21**: Lei de Licitações.

CÂMARA:

Poderá ser realizada sessão deliberativa, no entanto, ainda não há confirmação de pauta.

PAUTAS DAS COMISSÕES:

→ SEGUNDA (31)

10h – CCJC PLP 9/21: Disciplina a inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irreversível do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa. *Relatoria do Dep. Enrico Misasi (PV/SP), favorável à matéria.*

→ TERÇA (01)

09h30 – CTASP PL 1676/20: Assegura aos servidores de órgãos e entidades da administração pública federal, a suspensão do prazo de validade dos concursos públicos, enquanto perdurar período de emergência ou calamidade pública. *Relatoria do Dep. André Figueiredo (PDT/CE), favorável à matéria com substitutivo.*

09h30 – CSSF PL 2336/19: Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de fotos e outras informações, em sítios de internet de hospitais e assemelhados, de pacientes desconhecidos internados. *Relatoria da Dep. Camen Zanotto (CID./SC), favorável à matéria com substitutivo.*

13h – CSPCCO PDL 349/20: Susta nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os arts. 29 e 31 do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, da Presidência da República (cargos Ministério da Justiça). *Relatoria do Dep. Neucimar Fraga (PSD/ES), com parecer pela rejeição da matéria.*

16h – CSPCCO Audiência pública para debater o PL 4815/19, sobre promoção da saúde mental e prevenção de suicídio entre profissionais de segurança pública. **Dentre os convidados está o Presidente da FENAPEF, Luiz Boudens.**

SENADO:

Será realizada sessão deliberativa, no entanto, até o momento não constam itens de interesse na pauta.

PAUTAS DAS COMISSÕES:

→ TERÇA (01)

09h – CPI DA PANDEMIA: Oitiva da Médica oncologista e imunologista, Nise Hitomi Yamaguchi.



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938

Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

PLENÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL | DIA 01/06, 10h00, 16h00, 19h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
-	<u>VET 04/2021</u>	Presidência da República	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, que "Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências".	-	-	Plenário
-	<u>VET 11/2021</u>	Presidência da República	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 317, de 2021 (nº 7.843/2017, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017".	-	-	Plenário
-	<u>VET 13/2021</u>	Presidência da República	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 559 de 2013 (nº 6.814/2017, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado como PL nº 4.253/2020), que institui a "Lei de Licitações e Contratos Administrativos".	-	-	Plenário
-	<u>VET 15/2021</u>	Presidência da República	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, que "Altera a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que 'dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021'".	-	-	Plenário
-	<u>VET 16/2021</u>	Presidência da República	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28 de 2020, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021".	-	-	Plenário
-	<u>PLN 7/2021</u>	Presidência da República	Altera o Anexo V à Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.	-	-	Plenário

//



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

COMISSÕES

Segunda-Feira (31/05)

CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 10h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
2	PLP 9/2021	Deputado Lucio Mosquini (MDB/RO)	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para disciplinar a inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa.	Deputado Enrico Misasi (PV/SP)	<u>Favorável</u>	CCJC, Plenário

//

Terça-Feira (01/06)

CPI DA PANDEMIA | Anexo II, Plenário 03, 09h00

Oitiva da Médica oncologista e imunologista, Nise Hitomi Yamaguchi.

//

CTASP – TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO | Anexo II, Plenário 12, 09h30

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
7	REQ 37/2021	Deputado Paulo Ramos (PDT/RJ)	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater as ações de fiscalização ambiental empregadas pela Polícia Federal e pelo IBAMA no Estado do Amazonas.	-	-	CTASP
8	PL 3165/2015	Deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	Institui o Programa de Incentivo à Revelação de Informações de Interesse Público.	Deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG)	<u>Favorável</u> <u>com</u> <u>substitutivo</u>	CTASP, CSPCCO, CCJC, Plenário
21	PL 1676/2020	Deputado Professor Israel Batista (PV/DF)	Acrescenta-se o parágrafo único, §3º e §4º ao art. 12º da Lei nº 8.112/1990, para assegurar aos servidores de órgãos e entidades da administração pública federal, a suspensão do prazo de validade dos concursos públicos, enquanto perdurar período de emergência ou calamidade pública.	Deputado André Figueiredo (PDT/CE)	<u>Favorável</u> <u>com</u> <u>substitutivo</u>	CTASP, CCJC

//



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

CSSF – SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA | Anexo II, Plenário 07, 09h30

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
35	<u>PL 2336/2019</u>	Deputada Edna Henrique (PSDB/PB)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de fotos e outras informações, em sítios de internet de hospitais e assemelhados, de pacientes desconhecidos internados.	Deputada Carmen Zanotto (CID./SC)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CSSF, CCJC

//

CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 13h00

Reunião com proposições remanescentes da reunião anterior.

//

CSPCCO – SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO | Anexo II, Plenário 06, 13h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
2	<u>PDL 349/2020</u>	Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) e outros	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os arts. 29 e 31 do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, da Presidência da República (cargos Ministério da Justiça).	Deputado Neucimar Fraga (PSD/ES)	<u>Rejeição</u>	CSPCCO, CCJC, Plenário
3	<u>PDL 376/2020</u>	Deputado Alessandro Molon (PSB/RJ)	Susta a IN 174-DG/PF, que "Estabelece os procedimentos relativos ao Sistema Nacional de Armas e a aquisição, registro, posse, porte, cadastro e comercialização de armas de fogo e munições".	Deputada Mara Rocha (PSDB/AC)	<u>Rejeição</u>	CSPCCO, CCJC, Plenário
5	<u>PL 2755/2015</u>	Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI)	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, que dispõe acerca da realização de colaboração premiada fornecida por investigados e acusados em ações penais.	Deputado Luis Miranda (DEM/DF)	<u>Favorável</u>	CSPCCO, CCJC, Plenário
8	<u>PL 382/2015</u>	Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	Dispõe sobre o perdimento em favor da União, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior, e dá outras providências.	Deputado Capitão Augusto (PL/SP)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CSPCCO, CFT, CCJC
9	<u>PL 1908/2020</u>	Deputada Alê Silva (PSL/MG)	Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Corrupção - CNPCC e dá outras providências.	Deputado Delegado Antônio Furtado (PSL/RJ)	<u>Favorável com emenda</u>	CSPCCO, CFT, CCJC



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

//

CLP – LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Anexo II, Plenário 05, 13h30

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
1	<u>REQ 32/2021</u>	Deputado Wilson da Fetaemg (PSB/MG)	Requer a realização de audiência pública para discutir a crise social dada por empréstimos consignados de aposentados e pensionistas.	-	-	CLP

//

CSPCCO – SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO | Anexo II, Plenário 07, 16h00

Audiência pública para debater o PL 4815/2019, que dispõe sobre a implementação de ações de assistência social, promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social; a atuação preventiva de acompanhamento psicológico e multidisciplinar aos seus familiares; e a realização de conferências para debater as diretrizes dos planos de segurança pública e defesa social.

Convidados:

- ❖ Fernanda Novaes Cruz - Socióloga e co-autora da obra “Por que Policiais se matam?” e Coordenadora de ensino e pesquisa do IPPES e pesquisadora do Núcleo de Violência da USP;
- ❖ Meire Cristina de Souza - Coordenadora da área de Segurança Pública e Saúde do Trabalhador do IPPES - responsável pelo Programa SegurançaQPrevine;
- ❖ **Luiz Antônio de Araújo Boudens – Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF;**
- ❖ Marcelo de Azevedo – Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF;
- ❖ Ten. Cel. José Edir Paixão de Sousa - Mestre em Saúde Pública (UFC), Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará - CBMCE e Pesquisador do IPPES - Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio - Rio de Janeiro;
- ❖ Maj. Wellington Galdino de Meirelles - Diretor do Centro de Assistência Social e gestor executivo do Espaço Viver Bem da Polícia Militar do Estado da Paraíba;
- ❖ Cap. Ticiane de Lima Soares - Diretora Administrativa do Espaço Viver Bem e Diretora do Centro de Assistência Psicológica da PMPB;
- ❖ Representantes do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares – CNCG;
- ❖ Paulo Tadeu Silva Pena - Coordenador-Geral de Políticas para os Profissionais de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- ❖ Cel. Andreia Geraldo Batista - Assessora de Assistência à Saúde do Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais – CBMMG;
- ❖ Ten. Cel. Diego Fabiano Souza Tocantins - Coordenador de Assistência Social da Polícia Militar de Mato Grosso;
- ❖ Darlim Saratt Mezomo - Conteudista da SENASP/MJ - Curso de saúde mental dos profissionais de segurança pública e Coordenadora do Encontro Nacional de Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública.

//

Quarta-Feira (02/06)

CPI DA PANDEMIA | Anexo II, Plenário 03, 09h00

Reunião com especialistas para esclarecimentos necessários relativos a questões técnicas envolvendo a Covid-19.

Convidados:

- ❖ Dra. Zeliete Zambom - Médica de Família e Comunidade, Professora da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic e Presidente Sociedade Brasileira Medicina de Família e Comunidade;
- ❖ Dr. Clovis Arns da Cunha - Professor de Infectologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia;



Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

- ❖ Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves- Especialista em Infectologia pelo Emílio Ribas (SES/SP), graduado em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social – ANMP; e
- ❖ Dr. Paulo Márcio Porto de Melo - Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficial, graduado em medicina e especialista em neurocirurgia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Presidente da Comissão de Residência Médica (COREME) do Hospital Militar de Área de São Paulo e Presidente do Departamento de Neurocirurgia Vasculare do Departamento de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia.

//

CREDN – RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL | Anexo II, Plenário 05, 09h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
10	<u>MSC 698/2020</u>	Poder Executivo	Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, celebrado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.	Deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC)	<u>Favorável</u>	CREDN, CINDRA, CCJC, Plenário
12	<u>PL 3642/2019</u>	Senado Federal Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)	- Acrescenta §11 ao art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), para dispensar autorização de residência prévia à emissão de visto temporário.	Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP)	<u>Rejeição</u>	CREDN, CCJC

//

CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 09h00

Reunião com proposições remanescentes da reunião anterior.

//

POLÍTICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA | Anexo II, Plenário 11, 14h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
7	<u>REQ 20/2021</u>	Deputada Paula Belmonte (CID./DF)	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta comissão para debater o PL 6139/2019 que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, acrescentando o § 11º ao art. 26.” e institui a ciber disciplina no currículo escolar como uma forma de combate e prevenção aos casos de pedofilia e exploração sexual de menores na internet. Dentre os convidados está Representante da Polícia Federal.	-	-	CEXINFAN